

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO
EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS/HOSPITAL
EVANGÉLICO DE BELO HORIZONTE, VISANDO A EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.**

Processo nº 01.164926.15.05

Processo nº 01.152981.03.74

(Inexigibilidade de Licitação / Chamamento Público 001/2004)

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS-BH, inscrita no CNPJ sob o nº 18.715.383.0001-40, situada na Av. Afonso Pena, nº 2.336 – Bairro Funcionários, BH/MG neste ato representada por seu Secretário Municipal de Saúde, JACKSON MACHADO PINTO, brasileiro, portador da carteira do Conselho Regional de Medicina de MG nº 011.174 - CRM/MG, e inscrito no CPF sob nº 175.498.336-72, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS/HOSPITAL EVANGÉLICO DE BELO HORIZONTE, inscrita no CNPJ sob o nº 17.214.743/0001-67, CNES nº 0026808 com sede na cidade de Belo Horizonte, à RUA Dr. Alípio Goulart nº 25, Bairro Serra, CEP 30.220-330, neste ato representada por seu Presidente EULER BORJA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade sob o nº M-856.910, expedida pela SSP/MG, e CPF sob o nº 000.048.126-20, conferindo-lhe poder para gerir e administrar a instituição em tela doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200, a Lei Orgânica do Município as Leis 8.080/90 e 8.142/90, as normas gerais da Lei 8.666/93 de Licitações e Contratos Administrativos e respectivas alterações, Lei nº 12.101/PR, de 27/11/2009 (CEBAS), Decreto nº 7.508 de 28/06/2011, Decreto nº 7.646 de 21/12/2011, Decreto Municipal nº 15.185 de 04/04/2013, Portaria nº 072/2019/SMSA/SUS-BH, Portaria nº 1.097/GM/MS de 22/05/2006, Portaria nº 204/GM/MS de 29/01/2007, Portarias GM/MS nº 2848, de 06/11/07, Portaria nº 1.559/GM/MS de 01/08/2008, Portaria nº 4.279/GM/MS de 30/12/2010, Portaria nº 1.459/GM/MS de 24/06/2011, Portaria nº 1.600/GM/MS de 07/07/2011, Portaria nº 1.970/GM de 16/08/2011 (CEBAS), Portaria nº 3.088/GM/MS de 23/12/2011, Portaria 963/GM/MS de 27/05/2013 (SAD), Portaria nº 3.390/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 3.410/GM/MS de 30/12/2013, Portaria nº 483/GM/MS de 01/04/2014, RDC nº 63/ANVISA de 25/11/2011 e considerando as disposições que se encontram estabelecidas no Plano Operativo e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente TERMO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Em decorrência do auxílio financeiro emergencial por meio da Lei nº 13.995/2020 que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às santas casas e hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos, que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2020, com o objetivo de permitir-lhes atuar de forma coordenada no combate à **Pandemia da Covid-19**, e que estabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC) do FNS/MS ao FMS/SUS-BH, em 02 (duas) parcelas, definido pelo Ministério da Saúde sob o critério de rateio aos Estados, DF e Municípios para o controle de forma controlada do avanço da **PANDEMIA COVID-19**.

Parágrafo Primeiro: O critério do rateio do repasse desta 2ª parcela, no montante de **R\$ 1.296.500,47** (hum milhão, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos reais e quarenta e sete centavos), encontra-se estabelecidos nos incisos I, II e III, § 2º do Artigo 1º da Portaria nº 1.448 GM/MS de 29.05.2020 (*).

Parágrafo Segundo: Este recurso financeiro temporário, 2ª parcela, não integra em nenhuma hipótese, o teto da remuneração da prestação de serviços contratualidades.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE DE REFORÇO EMERGENCIAL

A CONTRATADA deverá aplicar, obrigatoriamente, na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos e produtos hospitalares para atendimentos à população, na aquisição de equipamentos e na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para o aumento da oferta de leitos de terapia intensiva, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão como a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a **Pandemia da Covid-19** e, ainda a contratação dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS/HOSPITAL EVANGÉLICO DE BELO HORIZONTE, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Processo nº 01.164926.15.05
Processo nº 01.152981.03.74
(Inexigibilidade de Licitação / Chamamento Público 001/2004)

Parágrafo Único: O CONTRATADO deverá prestar contas da aplicação dos recursos ao Fundo Municipal de Saúde/SUS-BH e disponibilizar em sítio oficial específico da rede mundial de computadores (internet) com ampla transparência, observados os dispostos na Lei nº 13.995 de 2020, no art. 4º da Lei 13.979 de 2020 e neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CONTRATANTE

A prestação de contas ocorrerá nos termos da cláusula décima primeira do CONTRATO original e por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários ao cumprimento das despesas previstas neste termo ficam vinculados à transferência de recursos do Ministério da Saúde advindos da Portaria MS/GM nº 1.448 de 29.05.2020 para as entidades hospitalares nessas especificadas, correndo à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde nº 2302 3401 10 302 203 2894 0013 339039 61 03 50 - Prestação de serviços médico-hospitalares ambulatoriais.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas do CONTRATO original, que não colidirem com este TERMO.

E, por estarem justas e de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os devidos efeitos legais, tudo na presença das testemunhas infra-assinadas.

Belo Horizonte, 09 de junho de 2020.


Jackson Machado Pinto

Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS-BH/FMS


Euler Borja

Presidente - Associação Evangélica Beneficente de Minas Gerais/Hospital Evangélico de Belo Horizonte

TESTEMUNHAS:


Assinatura/RG

**Diretora de Regulação da Média e Alta
Complexidade em Saúde
CERAMIS/DIRA/AMU-EX**


Assinatura/RG

**CRM 21669 - CPF: 510.413.710-53
Garante de Controle e Avaliação
GICRUSASA/SUS-BH**